

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação CMS



Tânia Mara da Cruz Tonet assume secretaria em Sorocaba

Após 3 meses sem, Secretária de Inclusão tem comandante

O prefeito de Sorocaba, Rodrigo Manga, oficializou a nomeação de Tânia Mara da Cruz Tonet para comandar a Secretaria da Inclusão e Transtorno do Espectro Autista. A pasta estava sem titular efetivo desde fevereiro e vinha sendo acumulada pelo secretário de Saúde, João Pedro Arruda Fraletti Miguel. Ex-secretária da área e candidata a vereadora em 2024, Tânia assume o cargo de forma exclusiva, enquanto Fraletti deixa de responder interinamente pela secretaria. A Sintea é responsável por coordenar as políticas públicas voltadas às pessoas com autismo no município. Até fevereiro, a pasta era comandada pelo vereador Vinicius Aith (Republicanos), que retornou à Câmara após o afastamento judicial de Manga.

Denúncia em São José do Rio Preto

Três médicos vão responder por homicídio culposo por omissão pela morte de uma gestante e do bebê em São José do Rio Preto. Segundo o Ministério Público, a paciente, que tinha anemia falciforme e sintomas gripais, procurou atendimento cinco vezes, mas não foi internada nem recebeu o antiviral indicado para gestantes. A denúncia diz que as omissões contribuíram para a evolução da infecção por influenza A, levando à morte dos dois em março de 2020.

Divulgação Câmara de Sorocaba



Nova norma substitui reorganiza o regime de previdência

Mudanças na previdência sorocabana

Sorocaba tem uma nova lei para regulamentar a previdência dos servidores municipais. Publicada no Jornal do Município, a legislação revoga as regras em vigor desde 1993 e atualiza critérios para aposentadorias, pensões, custeio e administração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Entre as mudanças, estão a reorganização do sistema em dois fundos geridos pela Funserv e a ampliação gradual da contribuição patronal da Prefeitura, que passará de 22% para 28%, buscando garantir o equilíbrio financeiro do regime.

CEI do Jardim Paraíso realiza oitivas

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investiga a situação do Jardim Paraíso, em São José do Rio Preto ouviu moradores que relataram furtos frequentes, tráfico de drogas, prostituição e insegurança na região, conhecida como "Zona de Meretrício". A comissão vai apurar os problemas e elaborar um relatório com propostas para combater a exploração sexual e outros crimes no bairro.

Remédio no lixo

O vereador Ítalo Moreira pediu esclarecimentos à Prefeitura de Sorocaba sobre um possível descarte irregular de medicamentos próximo à E.M. José Quevedo e à UBS do Cajuru. Segundo relatos, caixas com remédios, algumas lacradas e com validade até 2027, teriam sido encontradas no lixo comum.

Saúde de Bauru

Durante a audiência pública, o vereador Eduardo Borgo (Novo) afirmou que, no momento da reunião, 78 pacientes aguardavam por um leito em Bauru, sendo cinco à espera de vagas em UTI. Para ele, os números mostram que o problema persiste e exige medidas urgentes do poder público.

Saúde de Bauru II

Borgo também criticou a extinção do cumprimento de uma decisão judicial que obrigava Município, Estado e Famesp a ampliar a oferta de leitos. Segundo ele, mesmo após o encerramento da ação, as mortes de pacientes na fila continuaram sendo registradas e o problema segue sem solução definitiva.

Irregularidades

O vereador Raul Marcelo cobra explicações da Prefeitura de Sorocaba sobre irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado nas contas de 2023. Entre os problemas estão falhas na saúde, educação, gestão fiscal e falta de AVCB em prédios públicos. O parlamentar quer saber quais medidas estão sendo adotadas para corrigir as inconsistências.

Incêndios florestais

Piracicaba recebeu do Estado um caminhão-pipa para reforçar o combate a incêndios urbanos e florestais. Com capacidade para 12 mil litros de água e avaliado em R\$ 500 mil, o veículo já está pronto para uso e poderá atuar em apoio ao Corpo de Bombeiros. A entrega foi durante o Operação SP Sem Fogo.

Concurso público

Projeto assinado por todos os vereadores de Araraquara prevê mais acessibilidade a candidatos com diabetes tipo 1 em concursos públicos municipais. A proposta assegura o uso de insulina, dispositivos médicos, alimentos e sala especial, além do monitoramento da glicemia em testes de aptidão física.



MPSP instaura inquérito de investigação sobre a expansão

Jundiaí pode ficar 6 meses sem novas construções

Ministério Público vai investigar crescimento imobiliário da cidade

Redação

O Ministério Público de São Paulo instaurou um inquérito civil para investigar o modelo de expansão urbana adotado pela Prefeitura de Jundiaí e recomendou que o município suspenda, por 180 dias, a emissão de novas aprovações, licenças, autorizações e alvarás para loteamentos, condomínios e empreendimentos com múltiplas unidades habitacionais.

A investigação, conduzida pela promotora Luciane Rodrigues Antunes, busca apurar se o crescimento imobiliário da cidade ocorre de forma compatível com a infraestrutura disponível e com as normas previstas na legislação urbanística.

Segundo o MP, a abertura do inquérito foi motivada por uma série de questionamentos sobre o planejamento urbano de Jundiaí. Entre eles está a expedição de alvará para um empreendimento com 151 unidades habitacionais sem análise técnica conclusiva dos projetos de drenagem e terraplenagem exigidos pelo Plano Diretor, caso que já é alvo de ação civil pública.

A Promotoria também aponta preocupações com a aprovação de empreendimentos sem definição prévia de contrapartidas urbanísticas, a ausência de estudos sobre os impactos cumulativos da expansão imobiliária e a falta de integração entre os órgãos responsáveis pelas análises.

Como parte da investigação, o MP requisitou que a Prefeitura apresente, em até 30 dias, informações sobre os empreendimentos residenciais aprovados nos últimos dez anos, incluindo dados sobre localização, número de unidades, situação das obras e realização de estudos de impacto.

Na portaria, a promotora afirma que outros procedimentos já apontam problemas envolvendo mobilidade urbana, drenagem, saneamento, recursos hídricos e compatibilidade entre novos empreendimentos e a infraestrutura existente. O documento também destaca que Jundiaí ganhou cerca de 90 mil habitantes entre 2010 e 2024 e registrou forte crescimento dos lançamentos imobiliários.

Além da coleta de informações, o Ministério Público recomendou que a Prefeitura deixe de autorizar novos empreendimentos de grande porte por 180 dias. A medida não inclui construções unifamiliares, reformas ou pequenas ampliações. Também foi sugerida a revisão técnica de projetos aprovados há mais de 36 meses e ainda não iniciados.

A recomendação não tem efeito automático. Agora, o município deverá informar, em até dez dias, se pretende ou não acatar as medidas propostas pelo Ministério Público. A Promotoria vai verificar se os mecanismos de fiscalização garantem o cumprimento das exigências.